

REQUERIMENTO DE REEMBOLSO DO FUNDO DE GARANTIA DO CONSUMIDOR DE SERVIÇOS JURÍDICOS

JD-GC-15PT Rev. 9-22
P.B. Arts. 2-68, 2-70 a 2-78

Para informações sobre adaptações em conformidade com a ADA, entre em contato com um funcionário da Secretaria do fórum ou acesse: www.jud.ct.gov/ADA.

ESTADO DE CONNECTICUT
JUÍZO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
www.jud.ct.gov



Este formulário está disponível em outros idiomas.

Instruções

1. Consultar as informações contidas no folheto Respostas a Perguntas sobre o Fundo de Garantia do Consumidor de Serviços Jurídicos (Formulário JDP-GC-16) antes de preencher este formulário. O folheto está disponível através do Comitê do Fundo de Garantia do Consumidor de Serviços Jurídicos ou online no site <http://www.jud.ct.gov/Publications/GC016.pdf>.
2. Fornecer da maneira mais completa possível as seguintes informações. Se for necessário mais espaço, anexar mais páginas.
3. Apresentar cópias de qualquer documentação que acredite demonstrar sua perda monetária, tais como cheques cancelados, recibos, cartas, extratos de encerramento de contas, etc. junto com o formulário preenchido. Não apresentar documentos originais, pois estes farão parte do processo e não serão devolvidos.
4. **Você e quaisquer outros requerentes deverão assinar o requerimento sob juramento perante um tabelião ou outro oficial competente.**
5. Enviar o requerimento preenchido e quaisquer documentos comprobatórios ao endereço abaixo. Requerimentos incompletos poderão ser devolvidos sem serem apreciados.

Ao: Client Security Fund Committee, 2nd Floor, 225 Spring Street, Wethersfield, CT 06109

Seu Nome (Primeiro, Nome do Meio, Sobrenome)

1. Sr. Sra. Outros

Endereço (Número, rua, município e código postal)

Número de telefone

Endereço de e-mail

2. Nome, endereço e número de telefone do advogado que teria se apropriado de seu dinheiro ou bens de forma desonesta ou fraudulenta:
3. Que tipo de assistência jurídica o advogado deveria ter lhe prestado? O fundo só poderá reembolsar perdas monetárias que ocorreram durante a relação cliente-advogado ou quando na qualidade de representante decorrente da relação cliente-advogado.
4. Descrever a conduta desonesta e/ou fraudulenta do advogado (Anexar folhas adicionais se necessário). Para que o pedido de indenização seja reembolsável, deverá envolver a conduta do advogado na forma de roubo, apropriação indébita ou subtração ilícita de dinheiro ou bens. Em determinadas circunstâncias o comitê poderá reembolsar perda monetária com base na recusa de um advogado de devolver honorários pagos adiantados. Perdas monetárias resultantes de negligência, imperícia ou serviços de investimentos fornecidos pelo advogado não são cobertos pelo fundo de garantia do consumidor de serviços jurídicos.
5. Declarar o valor da perda monetária que deverá ser reembolsado pelo fundo de garantia do consumidor de serviços jurídicos:
6. Sua perda monetária envolveu: Dinheiro Cauções Outros bens (Especificar abaixo):
7. Sua perda monetária poderá ser reembolsada de qualquer outra forma, tais como através de seguro, seguro fidelidade ou contratos de garantia? (Assinalar uma opção)
 Não Não sei Sim (Se sim, descrever de que forma abaixo):
8. Qual foi o valor pago a este advogado? (Incluir cópias de quaisquer documentos que comprovem seu(s) pagamento(s))
9. Você efetuou um contrato de honorários advocatícios por escrito com o advogado? (Se sim, anexar uma cópia do contrato.)

10. Descrever as medidas tomadas para recuperação da perda monetária diretamente do advogado ou de outra fonte. Indicar a(s) data(s) em que essas medidas foram tomadas: *(por exemplo, caso tenha ajuizado uma ação cível, indicar a data em que a ação foi ajuizada):*

11. Declarar a data em que se deu a perda monetária ou de bens (Declarar quando e como essa perda foi descoberta): *A perda monetária apresentada mais de quatro anos após a data em que foi ou deveria ter sido descoberta geralmente não é reembolsável pelo fundo de garantia do consumidor de serviços jurídicos.*

12. Responda às seguintes perguntas até onde é de seu conhecimento: *Perdas monetárias não são cobertas pelo fundo de garantia do consumidor de serviços jurídicos a não ser que tenha havido decisão condenatória em desfavor do advogado, ou que o advogado responsável pela perda monetária tenha morrido, tenha sido considerado incapaz, afastado ou suspenso do exercício de advocacia pela ordem dos advogados, tenha renunciado ao exercício de advocacia, esteja em período de prova ou em estado inativo:*

a. Houve morte do advogado? Não Sim, indicar a data: _____ Desconhecido

b. O advogado foi considerado incapaz? Não Sim, indicar a data: _____ Desconhecido

c. O advogado foi afastado ou suspenso do exercício da advocacia? Não Sim, indicar a data: _____ Desconhecido

d. O advogado renunciou ao exercício da advocacia? Não Sim, indicar a data: _____ Desconhecido

e. O advogado está em período de prova ou em estado inativo determinado por um Juízo de Connecticut? Não Sim, indicar a data: _____ Desconhecido

f. Houve decisão condenatória em desfavor do advogado? Não Sim, indicar a data: _____ Desconhecido

13. Essa perda monetária foi comunicada ao: Ministério Público Autoridade Policial Comitê Estadual de Ética e Disciplina
Anexar uma cópia de sua queixa e descrever as medidas tomadas.

14. Declarar os nomes e endereços de quaisquer testemunhas ou indivíduos que tenham informações sobre seu pedido de indenização:

Nome da testemunha ou indivíduo 1	Nome da testemunha ou indivíduo 2
Endereço da testemunha ou indivíduo 1 (Número, rua, cidade e código postal)	Endereço da testemunha ou indivíduo 2 (Número, rua, cidade e código postal)
Número de telefone da testemunha ou indivíduo 1	Número de telefone da testemunha ou indivíduo 2

15. Você tem algum parentesco com o advogado que teria lhe causado a perda monetária, ou é associado, sócio ou funcionário do advogado?

Não Sim (Se sim, indicar o tipo de relacionamento com o advogado): _____

16. Nome, endereço e número de telefone do seu advogado atual:

Aviso

O Manual de Normas Processuais que regulamenta pedidos de indenização efetuados ao Comitê do Fundo de Garantia do Consumidor de Serviços Jurídicos não autoriza que advogados que prestem assistência jurídica a clientes com pedidos de indenização ao Fundo cobrem honorários advocatícios por esses serviços, a não ser que tenham obtido autorização do Comitê para fazê-lo. Se for determinado que você deverá ser reembolsado pelo fundo de garantia do consumidor de serviços jurídicos, terá de assinar um documento transferindo seu pedido de indenização contra o advogado ao Comitê do Fundo de Garantia do Consumidor de Serviços Jurídicos, em relação à indenização que lhe for atribuída. Ao assinar abaixo, aceita colaborar com o inquérito relativo ao seu pedido de indenização e qualquer inquérito penal ou disciplinar a este relacionado, e aceita colaborar com o Comitê em quaisquer medidas tomadas para recuperar valores que lhe foram pagos pelo fundo de garantia do consumidor de serviços jurídicos.

Eu, o abaixo assinado, declaro sob juramento: Eu sou o requerente no caso acima referido; li e estou ciente do conteúdo exposto acima; e certifico que é verdadeiro até onde tenho conhecimento, com exceção às declarações feitas salvo melhor crença e juízo, as quais creio que sejam verdadeiras.

Assinado (Requerente)	Data da assinatura		
Assinado e jurado em minha presença:	Data	Em (Município)	Assinado (Comissário do Juízo de Primeira Instância, Tabelião)